

Um dos disfarces deste livro é a leveza aparente com que ele discorre sobre uma infinidade de temas de fazer perder o fôlego. A erudição do discurso corre fluida, sem interrupções de notas de rodapé. Estas estão todas discretamente arrumadas em apêndice, para os mais curiosos. A obra pode, pois, ler-se como um romance policial, em que os indícios nos conduzem aos vários timbres da voz feminina dos contos de fadas. Os extensos índices de autores e narradores complementam este magnífico trabalho e fazem dele —não só mas também— uma valiosa obra de referência para os estudos femininos e, evidentemente, para o estudo do conto maravilhoso.

ALGO DE NOVO NA FRENTE ORIENTAL

Dias Marques*

A recolha do Romanceiro começou cedo na Beira Interior¹, e os textos aí obtidos desfrutavam de grande consideração. De facto, Almeida Garrett, ao referir-se, em 1843, à colecção beirã que lhe fora oferecida pelo seu antigo colega Emídio Costa, classificava “as duas Beiras” como “verdadeiro coração e âmago do Portugal primitivo que ocupa a região dentre Lamego e Serra da Estrela”². E, sendo assim, não admira que, em 1851, diga, na nota introdutória ao *Regresso do Marido*: “No corrigir do texto segui, como faço quase sempre, a lição da Beira Baixa, que é a mais segura”³.

Também Teófilo Braga formava um alto conceito da tradição oral beirã e, em 1871, afirmava: “os centros da verdadeira poesia popular portuguesa são a Beira Baixa, as Ilhas dos Açores e [o] Algarve”⁴. E, numa obra publicada no ano seguinte, depois de citar vários romances de que, na Beira Interior, recolhera melhores textos do que nas restantes províncias⁵, dizia: “o que verdadeiramente assombra é o estado de integridade d’estas versões”⁶.

* Centro de Estudos Ataíde Oliveira. U.C.E.H. Universidade do Algarve. Campus de Gambelas. 8000 FARO. Portugal.

¹ Com esta expressão referimo-nos, obviamente, às províncias da Beira Alta e Beira Baixa.

² *Romanceiro*, org. de Augusto da Costa Dias *et al.*, I, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, p. 68.

³ *Op. cit.*, II, p. 80.

⁴ *Epopêas da Raça Mosárabe*, Porto, Imprensa Portuguesa — Editora, 1871, p. 375.

⁵ Ver *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, Editora, 1872, p. 37.

⁶ *Op. cit.*, p. 38.

Notas e Recensões

Contudo, a partir das primeiras recolhas de Leite de Vasconcelos, a província preferida em termos de romanceiro passou a ser Trás-os-Montes⁷, facto que, sem contestação, se manteve até aos nossos dias e é bem visível no número de pesquisas que aí têm sido feitas. Desde então, a Beira Interior passou para um segundo plano, ultrapassada igualmente pelas tradições açoriana e madeirense, menos variadas que a trasmontana, mas possuidoras, também elas, de notáveis raridades a nível pan-ibérico. Não esquecemos, claro, os contributos que Maria Angélica Furtado de Mendonça⁸, Jaime Lopes Dias⁹, Maria Leonor Carvalhão Buescu¹⁰ e alguns mais¹¹ deram para o conhecimento do romanceiro beirão, mas temos de convir que é pouco, para uma província que começou por ser considerada a melhor do ponto de vista romancístico.

Porém, felizmente, desde há cerca de dez anos, o panorama tem vindo a mudar, com a publicação de obras especificamente dedicadas ao romanceiro da Beira Interior. De facto, saíram o *Romanceiro Tradicional do Distrito de Castelo Branco* — I e o *Romanceiro Tradicional do Distrito da Guarda* — I, ambos organizados por Pere Ferré¹², e o *Cancioneiro. Cova da Beira*, vol. 2: *Romanceiro* — parte I, de Maria da Ascensão G. C. Rodrigues¹³. Além disso, Pere Ferré, com alguns colaboradores e alunos, tem continuado as recolhas na Beira Interior. As versões assim conseguidas permanecem, por enquanto, inéditas e ascendem a 936 (distrito de Viseu), 342 (distrito da Guarda) e 213 (distrito de Castelo Branco).

Entretanto, em 1988, José Pires da Cruz apresentou à Universidade da Califórnia (Davis) uma esplêndida tese de doutoramento intitulada *Estudos sobre o Romanceiro Tradicional Português. Tradição Oral das Beiras*¹⁴. Nela, o autor, partindo de recolhas suas realizadas em 1985-87, na Beira Alta e na Beira Baixa, estuda aprofundadamente cinco romances: *Morte do Príncipe D. Afonso*¹⁵, *Morte do Príncipe D. João*, *Conde da Alemanha*, *Landarico* e *A Bastarda e o Segador*.

Mais recentemente, Pires da Cruz publicou *Romanceiro Tradicional da Beira Baixa*¹⁶, a que dedicaremos a parte restante da presente nota.

⁷ Diz explicitamente este autor, em nota ao artigo do Abade José Augusto Tavares "Romanceiro Trasmontano (da Tradição Popular)": "A província de Trás-os-Montes é, em romances populares, a mais rica das de Portugal" [*Revista Lusitana*, VIII (1903-1905), p. 71, n. 1].

⁸ "Romances Populares da Beira Baixa", *Revista Lusitana*, XIV (1911).

⁹ *Etnografia da Beira*, III, IV, V, VI e VII (Lisboa, Torres & C^a, respectivamente, 1929, 1937, 1939, 1942 e 1948).

¹⁰ *Monsanto. Etnografia e Linguagem*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1961.

¹¹ Por exemplo, o próprio Leite de Vasconcelos, cujo *Romanceiro Português* (Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1958 e 1960, 2 vols.) contém 158 versões da Beira Interior, o que, contudo, é pouco, quando comparado com os 501 textos aí publicados provenientes de Trás-os-Montes.

¹² Editados ambos em Lisboa, por Estar Editora, 1987. A primeira destas obras contém recolhas feitas em 1983, 85 (sobretudo) e 86; a segunda, recolhas feitas em 1985.

¹³ S/l., edição da autora, 1990. As versões não trazem indicação da data em que foram obtidas, mas, na "Introdução" (p. 11), a autora explica ter sido "em 1965" que "inici[ou] a recolha".

¹⁴ Foi posteriormente editada na Guarda, pela Câmara Municipal, em 1993.

¹⁵ Tratando-se dum romance conhecido apenas na tradição açoriana e madeirense, a versão beirã constituiu um surpreendente achado. Contudo, como o próprio Pires da Cruz informa (*op. cit.*, p. 63), o presente texto, recolhido embora na tradição oral, procede da versão publicada por Álvaro Rodrigues de Azevedo (*Romanceiro do Archipelago da Madeira*, Funchal, Voz do Povo, 1880, pp. 251-253), porventura através da sua inclusão nalgum livro de leitura do ensino primário.

¹⁶ S/l., Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 1995.

A obra começa com um “Prefácio” de Manuel da Costa Fontes, professor luso-americano a quem a literatura oral portuguesa (sobretudo o romanceiro) deve recolhas hoje já clássicas e estudos muito importantes. Costa Fontes chama a atenção para o facto de esta ser uma das primeiras colecções exclusivamente dedicadas à tradição da Beira Baixa e assinala os temas mais raros que aqui estão representados, sobretudo os cripto-judaicos.

Segue-se a “Introdução” de Pires da Cruz. O autor começa por fazer um breve panorama do romanceiro, desde os seus primórdios medievais até às recolhas do séc. XIX. Passa depois em revista as recolhas de romances da Beira Baixa que precederam a sua, apresentando um quadro em que, tema por tema, fornece o número de textos incluídos em cada uma dessas colecções¹⁷ e também na presente obra. Da análise desse quadro, tira algumas conclusões sobre a tradição da Beira Baixa, nomeadamente a total inexistência de romances épicos, a desapareição, nas recolhas do nosso século, dos poucos romances carolíngios conseguidos no séc. XIX, e o aparecimento de temas que, pelo contrário, só se descobriram nas últimas recolhas, o que bem mostra a necessidade de estas continuarem a ser feitas.

Estabelece depois uma lista das aldeias de que cada uma das colecções antes referidas publica textos, fornecendo um mapa da sua distribuição por concelhos. Tal permite concluir que várias zonas têm sido muito pouco exploradas e “necessitariam rapidamente de uma prospecção mais atenta” (p. 30).

O autor termina a parte introdutória referindo-se ao tipo de transcrição que adoptou nas versões, dizendo, no que diz respeito à fonética: “transcrevemos [...] alguns aspectos da fala regional ou local, e sobretudo grafamos elisões e contra[c]ções que ocorrem na realização oral e corrente da língua” (p. 33). Ora, a questão do modo de transcrever as versões parece-nos bastante importante e cremos que deveria ser objecto da reflexão por parte de todos os autores que se dedicam à edição de textos orais. Aqui deixaremos, pois, a nossa sugestão, pedindo desde já desculpa pelo espaço (para muitos talvez demasiado grande) que lhe dedicaremos. Assim, pensamos que, na transcrição, se deverá respeitar o léxico, a morfologia¹⁸ e a sintaxe dos informantes. Porém, julgamos destituída de interesse a transcrição das particularidades fonéticas regionais, a não ser que estas tenham importância versificatória (por exemplo, “marafim”, num verso que, se transcrevermos “marfim”, ficará hipométrico).

Se atentarmos em qualquer uma das versões do *Romanceiro Tradicional da Beira Baixa*, depararemos com várias peculiaridades a nível fonético que —perdoe-nos o autor— não vemos razão para assinalar. Tomemos como exemplo a versão nº 1. Em primeiro lugar, temos palavras em que o *e* mudo surge elidido, facto que Pires da Cruz assinala com um apóstrofo, embora tais palavras, mesmo sem esse apóstrofo, nunca pudessem ter uma realização diferente na pronúncia portuguesa normal: 6a Qu’rida, 11a ‘stou, 14a ‘stá, 10b m’quero, 15b s’quer, 25b atrav’ssada. Em segundo lugar, especifica síncofes que se dão quase sempre, mesmo na fala de pessoas seguidoras da

¹⁷ Com excepção do *Cancioneiro. Cova da Beira*, vol. 2; que, talvez pela deficiente distribuição que, infelizmente, tem essa obra, Pires da Cruz só terá conhecido demasiado tarde.

¹⁸ Quanto à morfologia haveria, porém, que abrir algumas excepções, pois não nos parece ter interesse, por exemplo, assinalar a forma terminada em “s” que, na fala popular geral, reveste numerosas vezes a segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, ou dar conta das formas “há-des” ou “há-dem”, também elas frequentíssimas no nível de língua popular de todas as regiões de Portugal e que, de modo nenhum, são específicas da “fala regional” beirã.

norma e muito instruídas: 13a p'ra, 16a m'nha mãe. Em terceiro lugar, o autor desce ao pormenor de especificar quando é elidido o "e" mudo do fim duma palavra que precede outra começada por vogal (elisão comutável com a outra solução possível — a de iotizar o citado "e"— sendo, como se sabe, qualquer uma das soluções indistintamente escolhida, inclusive pelo mesmo falante): 7a qu'é, 18a ficam-m'além. Em quarto lugar, assinala o "e" paragógico no fim do verso, mesmo quando não tem valor rimático (8b favore, 9b amore) e, por vezes, até quando se verifica no interior do verso (14a morrere). Em quinto lugar, assinala fenómenos que pertencem ao nível de língua popular de todo o país e não apenas da "fala regional ou local" beirã: 8b le, por "lhe".

Embora num artigo publicado há vários anos¹⁹ tenhamos procedido duma forma semelhante à adoptada por Pires da Cruz (e que, aliás, vários autores continuam mais ou menos a seguir), pensamos hoje que tal "fidelidade" fonética só dificulta a leitura dos textos, tendo, além disso, pouco valor para possíveis futuros estudos dialectológicos, dado o seu carácter extremamente aproximativo.

Mas retomemos a análise do *Romanceiro Tradicional da Beira Baixa*. À "Introdução", segue-se o romanceiro propriamente dito, que compreende duas grandes partes: "Romances [da] tradição antiga" (com 228 versões, divididas por 55 temas) e "Romances da tradição vulgar" (51 versões de 24 temas).

A primeira parte está organizada em conjuntos temáticos, segundo o modelo do catálogo de Samuel G. Armistead²⁰. O último desses conjuntos (pp. 339-343) é intitulado "Romances líricos". Deixando de lado a questão do termo "líricos" (que, embora adoptado por muitos autores importantes, mesmo modernos,²¹ nos parece contraditório, tendo em atenção que os romances pertencem ao género narrativo ou, se se quiser, ao narrativo-dramático), não podemos deixar de notar que, dos três temas incluídos por Pires da Cruz neste conjunto, só um deles (*Cordão de Nossa Senhora*²², nº 227) nos parece romance, e, mesmo esse, seria preferível, na nossa opinião, transferi-lo para o conjunto dos "Romances religiosos". Quanto aos dois restantes temas, *Rico Laranjal*²³ (nº 226) é uma canção narrativa (ou, melhor, um tema situado nos limites movediços entre a canção narrativa e a canção lírica), pelo que pensamos deveria ser retirado deste romanceiro ou, então, ser colocado numa terceira parte (a criar) dedicada às "Canções narrativas". Finalmente, julgamos que *Natal* (nº 228) é um agrupamento de três quadras mais ou menos soltas, de rima vária, que, poderia ser situado na parte das "Canções narrativas" ou, quando muito (caso se provasse ser alguma dessas quadras fragmento dum romance), na parte dos "Romances [da] tradição antiga", conjunto dos "Romances religiosos".

¹⁹ Referimo-nos ao artigo (escrito em colaboração com Maria Angélica Reis da Silva) "Para o Romanceiro Português", *Revista Lusitana*, n. s., 5 (1984-85) e 8 (1987).

²⁰ *El romancero judeo-español en el Archivo Menéndez Pidal. (Catálogo-índice de romances y canciones)*, Madrid, Cátedra-Seminario Menéndez Pidal, 1978, 3 vols.

²¹ Por exemplo, Diego Catalán e Mariano de la Campa têm uma secção de "Romances trovadorescos y líricos" no seu *Romancero general de León*, Madrid, Seminario Menéndez Pidal / Diputación Provincial de León, 1991, pp. 257-263.

²² Trata-se do tema designado *Pus-me a pé de madrugada* no *Romanceiro* cit. de Leite de Vasconcelos (cfr. nºs 848-850).

²³ Trata-se do tema a que o *Romanceiro* cit. de Leite de Vasconcelos chama *Indo eu por i abaixo* (cfr. nºs 644-652).

Na p. 345, começa a segunda parte da obra, dedicada, como já dissemos, aos “Romances da tradição vulgar”, a qual, no nosso entender, constitui a sua divisão mais problemática. É que, nesta parte, apenas nos parecem romances *Pranto da Virgem*²⁴ (nº 229), *Defunta Pleiteada*²⁵ (nºs 244-245) e *José e a Príncipe*²⁶ (nº 249), sendo a maioria dos restantes temas canções narrativas. Julgamos, aliás, necessário (quase diríamos urgente) delimitar, de uma vez para sempre, o campo das canções narrativas, de modo a distingui-lo do campo dos romances vulgares.²⁷ Claro que ambos os sub-géneros têm em comum o facto de serem poemas narrativos e de partilharem boa parte da sua temática. Porém, pensamos que a versificação os distingue claramente. De facto, o romance vulgar, tal como o romance de origem velha, é um poema de versos longos, compostos por dois hemístiquios de 7 sílabas²⁸ cada, de rima seguida (do princípio ao fim do texto ou, pelo menos, igual ao longo de vários versos), geralmente vocálica. Por seu lado, a canção narrativa caracteriza-se por ter versos curtos (em geral heptassílabos, mas também outros se vêem, por exemplo, decassílabos) agrupados em estrofes (a mais corrente é a quadra de rima ABCB, mas aparecem outras, nomeadamente sextilhas), com rima consoante mudando de estrofe para estrofe.

Proporíamos, pois, ou que as canções narrativas fossem retiradas desta obra ou então que ela (provavelmente com o título modificado para *Romanceiro e Cancioneiro Narrativo Tradicional da Beira Baixa*) passasse a dispor duma terceira parte, intitulada

²⁴ Trata-se dum texto que aglomera fragmentos de três orações líricas e um fragmento de romance (vv. 3-12). Este romance é o que no IGR (em elaboração pelos colaboradores do Seminario Menéndez Pidal, de Madrid) tem o nº 0237, *La Virgen anuncia al Niño su pasión y gloria*.

²⁵ Que, ao contrário da indicação dada na p. 383 — “(estróf.)” —, é um romance monorrímo, em *i-a*. O que acontece é que as duas versões de Pires da Cruz têm, no fim, uns versos de rima emparelhada (no fundo, são três quadras, de rima vária, talvez contaminação duma canção narrativa, que drasticamente mudam a história da *Defunta Pleiteada* e de que conhecemos exemplos apenas da Beira Baixa).

²⁶ Trata-se, com aliás refere Costa Fontes no “Prefácio” (p. 8 e p. 12, nota 12), da versificação do conto-tipo nº 516, *Faithful John* (ver Antti Aarne e Stith Thompson, *The Types of the Folktale*, 2nd revision, Helsinki, Suomalainen Tiedekatemia, 1981). Diga-se, a propósito, que a *Defunta Pleiteada*, a que antes fizemos referência, se encontra também como conto: é o nº 885A, *The Seemingly Dead*.

²⁷ Obviamente, nós próprios pertencemos ao grupo dos que mais são de criticar pela confusão entre os dois sub-géneros, pois, durante vários anos, seguindo a tradição, publicámos artigos em que classificávamos como romances vulgares textos que são canções narrativas.

²⁸ Curiosamente, Pires da Cruz utiliza sempre a contagem silábica castelhana, pelo que, aos heptassílabos, chama “octossílabos” ou “versos octossilábicos” (por exemplo, p. 15 e *passim*), e aos pentassílabos chama “hexassílabos” (p. 65 e *passim*). Seja-nos permitido assinalar, aliás, que quer a “Introdução” quer os comentários a cada romance contêm numerosos castelhanismos: “*Insomne*” (p. 21, por “*Insonne*”), “*Forçadores*” (p. 22 etc., por “*Violadores*”), “*Aposta Ganhada*” (p. 22 e *passim*, por “*Aposta Ganha*”), “não vamos aqui alargar-nos com repetir” (p. 27, por “alargar-nos a repetir”), “sefardí” (p. 35 e *passim*, por “sefardita”), “*Amberes*” (p. 167, por “*Antuérpia*”), “foi levado pelos colonos a Latino-América” (p. 311, por “para a América Latina”), “literatura índia” (p. 381, por “indiana”), “reza rosário sobre rosário” (p. 381, por “rosário atrás de rosário”), etc. Vários são também os termos ou expressões que, embora teoricamente possíveis em português, são sentidos como castelhanismos pelo falante normal: “sobreveio-nos a ideia de apresentar” (p. 30, por “veio-nos à ideia apresentar”), “hexassílabos pareados” (p. 65, por “emparelhados”), “amor desgraçado” (p. 108, por “infeliz”), etc.

Notas e Recensões

“Canções narrativas”. Para esta parte, seriam deslocados todos os textos pertencentes a tal sub-género, e que, como dissemos, constituem a maioria dos temas classificados como “Romances da tradição vulgar”. Nessa parte, encontrariam também o seu lugar próprio, segundo cremos, os temas *Devota da Virgem*²⁹ (nº 170) e *O Pobre e o Rico* (nº 178), que se encontram entre os “Romances [da] tradição velha”, embora sejam canções narrativas.

Talvez se devessem deslocar para um apêndice (ou mesmo retirar da obra) alguns temas que não nos parecem romances nem canções narrativas. De facto, *Elogio da Virgem* (nº 231), *Oração da Confissão* (nº 232), *Padre-nosso* (nºs 233-234), *Martírios do Senhor* (nºs 237-238), *Nove Teções* (nº 239, que é, aliás, o mesmo tema que *Martírios do Senhor*) e *As treze Palavras* (nºs 242-243) são orações líricas; *História da Criação*³⁰ (nº 235) é um despique em tercetos (portanto, pertencente ao género dramático ou, no máximo, dramático-lírico); *Missão de Santo António* (nºs 240-241) é um ensalmo; *O Alfabeto do Amor* (nº 276), *Os Cinco Sentidos* (nº 277), *As Flores do Amor* (nº 278) e *Sete Dias da Semana* (nºs 279-280) são poemas líricos.

Passando agora à classificação dos romances publicados nesta obra, gostaríamos de propor algumas possíveis mudanças. Assim, pensamos que as versões nºs 23-26 poderiam ser retiradas do grupo do *Conde Sol* e ser juntas às versões de *Ricardina*³¹ (as nºs 272-275), uma vez que pertencem a esta canção narrativa. É verdade que Pires da Cruz defende a inclusão das referidas versões no grupo do *Conde Sol*

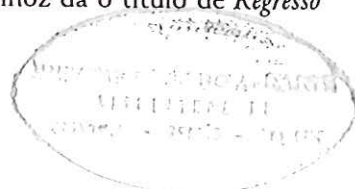
em virtude da presença nestes textos do elemento de um dos pais, ou dos dois, cuja intervenção é decisiva na temática do romance *Conde Sol* antigo. Porém, falta essa reminiscência do romance antigo nas versões 272, 273, 274 e 275, pelo que não hesitámos em colocá-las na secção dos vulgares (p. 32).

Pensamos que, nestas palavras, o autor se refere aos vv. 4a e 5 da versão nº 23 (e aos que lhe correspondem nas restantes versões): “Diz ela p’ra sua mãe: —Ai Jesus, que já morreu! / Já me meto por aí fora, por esse mundo descoberto”. Ora, cremos que tais versos constituem, no máximo, uma contaminação do *Conde Sol* (romance em que, de facto, como é sabido, a menina, face ao conselho dos pais para que se volte a casar, lhes pede licença para ir procurar o namorado). Tratar-se-ia, contudo, apenas duma contaminação, que não nos parece mais importante do que a contaminação do *Regresso do Marido* (em “-i”) que se dá nas mesmas versões (por exemplo, nos vv. 19-20 da versão nº 23: “—Se tu és o meu amor porque me falas assim? / —Quero ver se m’és fiel

²⁹ Julgamos que o título atribuído por Pires da Cruz a este tema é passível de induzir em confusão, pois não se trata, como poderíamos pensar, do romance *La devota de la Virgen en el yermo* (IGR nº 0212; ver D. Catalán e M. de la Campa, *op. cit.*, nºs 78:01-15), mas sim da canção narrativa designada *Nossa Senhora da Ascensão* no *Romanceiro Popular Português* de Maria Aliete Galhoz, II, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, I.N.I.C., 1988 (versões nºs 633-636).

³⁰ Não obstante o título que lhe foi atribuído e a sua colocação no conjunto dos “Romances religiosos” (da parte dos “Romances da tradição vulgar”), este despique (pelo menos, na versão que aqui se publica) nada tem de religioso.

³¹ Trata-se da canção narrativa a que, por exemplo, Maria Aliete Galhoz dá o título de *Regresso do Amado* (ver *op. cit.*, nºs 768-773).



como eu fui para ti”). Julgamos, pois, que aquelas versões pertencem, como dissemos, a *Ricardina / Regresso do Amado*, canção narrativa, provavelmente de origem erudita.³²

Uma outra classificação que talvez pudesse ser repensada é a das versões nºs 14 (*Canção do Órfão + Peregrina + Conde Ninho*) e 145 (*Gerinaldo + Canção do Órfão*). De facto, não nos parece que nelas esteja presente o tema da *Canção do Órfão*. Pelos comentários que antecedem os textos, depreendemos que, segundo o autor, pertenceriam a esse tema os vv. 1-3 da versão nº 14 e os vv. 26-28 da nº 145. Vejamos este último excerto:

- 26 —[.....] Eu ouço um lindo cantare,
 Não sei se são os anjos no céu, nem a sereia no mare.
 28 [—]Nem são os anjos no céu, nem a sereia no mare,
 É o seu genro, meu pai, se o quiser aceitar.

Julgamos, porém, que estes versos são apenas uma contaminação do *Conde Ninho*³³, romance em que, de facto, surge sempre essa passagem. Vejamos um exemplo:

- Esperta, ó bela Infanta, se queres ouvir cantar,
 4 Ou são anjos do céu, ou a serena no mar.
 —Nim são os anjos no céu, nim a serena no mar,
 6 Pois se ele é o Cond'Ianinho que comigo quer casar.³⁴

Quanto à classificação do grupo de versões nºs 196-199 (*Infantina + Dom Bozo*), teríamos acrescentado, entre ambos os temas, *Cavaleiro Enganado*.³⁵ Este tema está presente nas versões nºs 196 (vv. 8-16), 197 (vv. 10-12) e 199 (vv. 8-16). Gostaríamos ainda de chamar a atenção para outro aspecto relacionado com estas versões. De facto, a propósito delas, Pires da Cruz observa: “Uma versão portuguesa da *Infantina* sem a contaminação de *D. Bozo e a Irmã Cativa* pode ler-se no *Romanceiro Português* de Teófilo Braga (I, 238-240)” (p. 307). Ora esse texto, transcrito por Braga do *Romanceiro* de Garrett, constitui uma criação deste último autor. De facto, a versão (nitidamente tradicional) que Almeida Garrett anotou no manuscrito que serviu de base ao seu *Romanceiro* é um texto composto, incluindo *Infantina + O Cavaleiro Enganado + D. Bozo*

³² De facto, a sua linguagem é claramente diferente da que apresenta a esmagadora maioria das canções narrativas. Por exemplo, a forma “há sete anos que é partido”, que surge em praticamente todas as versões deste texto, soa nitidamente à linguagem pseudo-arcaica de muitas poesias românticas de tema medievalizante.

Pensamos que o *Regresso do Amado* se formou a partir de fontes diversas: o seu princípio parece influenciado pelo *Conde Dirlos*, seguindo-se, nalguns textos a possível contaminação do *Conde Sol*. Por sua vez, a chegada do namorado incógnito, o pôr à prova a rapariga e a recusa desta são nitidamente inspirados nos vários tipos do *Regresso do Marido* (mesmo o anúncio de que o namorado se casou com outra se encontra nas versões do *Regresso do Marido* em “á-a” —cf., por exemplo, S. G. Armistead, *op. cit.*, I3).

³³ Aliás, ao *Conde Ninho* pertencem também os vv. 20-23 e talvez mesmo 18-20 da versão nº 14.

³⁴ Maria Aliete Galhoz, *op. cit.*, I, versão nº 100.

³⁵ Cf. S. G. Armistead, *op. cit.*, T6.

Notas e Recensões

e a *Irmã Cativa*³⁶. Mas, para a publicação, Garrett, sob a influência das versões castelhanas quinhentistas (que, aliás, transcreve³⁷), separou (embora não o diga) para um lado, a *Infantina* (publicando-a com o nome de *O Caçador*) e, para outro, o *Cavaleiro Enganado* + *D. Bozo e a Irmã Cativa* (que publica com o nome de *A Enfeitiçada*)³⁸. O problema é que, depois desta intervenção “cirúrgica”, a *Infantina* ficava sem final. Garrett decidiu, então, reescrever o texto, tomando como modelo a versão velha castelhana.³⁹ Assim, retocou todo o texto português e, sobretudo, acrescentou os vv. 31-69, de que se não encontra qualquer vestígio nem na versão do manuscrito nem em qualquer outra versão portuguesa e que constituem, claramente, tradução do romance velho.

Para terminar, gostaríamos de dedicar algumas observações às notas introdutórias que Pires da Cruz escreveu para quase todos os temas da parte dos “romances [da] tradição antiga” (mais precisamente para 52, num total de 55 temas) e para alguns da parte dos “romances da tradição vulgar” (3, num total de 25 temas). Essas notas são muito úteis, sobretudo para o leitor não-especialista (e não só para ele), embora constituam uma realização extremamente ingrata. De facto, notas deste tipo, mesmo que relativamente despretensiosas, implicam uma grande investigação, para a qual nem sempre há tempo nem meios bibliográficos. Só quem nunca tenha tentado empreender uma tarefa desta natureza desconhece como é difícil conseguir informação segura e actualizada sobre *todos* os temas de uma dada colecção e sobre as características de que esses temas se revestem em *todas* as tradições pan-ibéricas, de modo a poder sublinhar as semelhanças e, sobretudo, pôr em destaque a originalidade das versões que se vão publicar. É, pois, normalíssimo que nesses comentários haja partes menos conseguidas, e releva quase da ingratidão apontar possíveis deficiências

³⁶ Esta versão, extraída do manuscrito existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pode ler-se na cit. edição do *Romanceiro* de Garrett org. por A. da Costa Dias *et al.*, II, pp. 267 e 269.

³⁷ Por uma muito discutível decisão dos seus organizadores, a edição do *Romanceiro* de Garrett que temos vindo a citar elimina todas as versões castelhanas de romances que, com fins comparativos perfeitamente compreensíveis (e, mesmo, de aplaudir) Almeida Garrett incluiu nesta sua obra (foram também eliminadas as traduções inglesas dos textos portugueses que Garrett, por vezes, transcrevera). Mais respeitadora da vontade do autor (embora não forneça, como a edição dos Costa Dias, os preciosos dados provenientes do referido manuscrito original) é, por exemplo, a edição organizada por Fernando de Castro Pires de Lima ([Lisboa], Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia, 1963), onde se podem ler as versões quinhentistas espanholas da *Infantina* (“A cazar va el caballero”, *Cancioneiro de Antuérpia*, ed. de 1550) e do *Cavaleiro Enganado* (“De Francia partió la niña”, *Cancioneiro de Antuérpia*, ed. s/d.), no vol. II, respectivamente, nas pp. 61-62 (em apêndice a *O Caçador*) e 73-74 (em apêndice a *A Enfeitiçada*).

³⁸ Embora Almeida Garrett, como dissemos, não admita ter separado esses romances, há, no prefácio de *A Enfeitiçada*, algumas palavras em que se alude à realidade por ele encontrada nos textos tradicionais (a qual, aliás, conforme dissemos, é patente na referida versão do manuscrito): “Em algumas das nossas províncias anda [o romance de *A Enfeitiçada*] confundido, na versão oral, com o romance do ‘Caçador’ e custa a desvenencilhá-los.” (*Romanceiro*, org. de A. Costa Dias *et al.* cit., II, p. 101).

³⁹ Que ele próprio transcreve (ver, como dissemos, a cit. ed. do *Romanceiro* de Garrett organizada por Pires de Lima, II, pp. 61-62).

numa realização com a generosidade destas dimensões (55 notas introdutórias). Sejam-nos permitidas, ainda assim, algumas achegas.

Em primeiro lugar, uma observação de carácter geral: cada uma das notas introdutórias possui uma parte dedicada ao resumo (por vezes, relativamente pormenorizado) do enredo do romance em causa. Ora, se tal resumo é útil no caso de romances de que o autor só pôde recolher pequenos fragmentos, incompreensíveis sem essa explicação —por exemplo, *José do Egipto* (n.ºs 6-7), *Conde da Alemanha* (n.ºs 102-103) ou *Os Soldados Forçadores* (n.º 125)—, em grande parte dos casos o resumo é uma paráfrase dos textos em seguida publicados, os quais, mesmo sem ele, se entenderiam sem problemas.

Mas passemos a referir-nos a alguns pormenores de certas notas introdutórias em particular. Por exemplo, na que antecede *O Sacrifício de Isaac* (versão n.º 8), o autor observa que a palavra “Murião”, presente nesse texto (v. 2: “Mandamentos que lhe [a Abraão] fizestes nos campos de Murião”), “pode ser deformação e má percepção de meridião, o sul, que Deus tinha prometido à sua [de Abraão] descendência” (p. 52). Parece-nos, contudo, mais provável que se trate do topónimo “Moriá”, referido no episódio bíblico que narra a história versificada pelo romance: “Deus disse [a Abraão]: “Toma teu filho, teu único, que amas, Isaac, e vai ao país de Moriá, e lá o oferecerás em holocausto, sobre uma montanha que eu te indicarei”⁴⁰

Ainda quanto à citada versão do *Sacrifício de Isaac*, Pires da Cruz escreve que os vv. 16-20, constituem “contaminação com uma oração, o que aliás se denota na mudança da rima do poema” (p. 53). Eis os versos em causa:

- 16 —Peai-me, Senhor⁴¹, de pés e mãos [.....]
P'ra que à hora da minha morte, [.....]
18 [.....] Eu não faça algum desaguisado,
Nem erga os olhos contra o Senhor, [.....]
20 Nem contra vós, meu pai, [.....] irado.

Ora, não nos parece que tais versos constituam uma contaminação, já que são um misto dalguns que se encontram no texto da *Silva de romances* de Saragoça:

- 38 también las manos me atad porque este mas sosegado,
porque con la juuentud no haga algun desaguisado⁴²

e doutros que surgem em versões orais:

- 22 —Áteme de pies y manos, pa que muera sosegado,
y póngame un paño a los ojos por que no le mire airado⁴³

⁴⁰ Gen., 22, 2 (*A Bíblia de Jerusalém*, São Paulo, Edições Paulinas, 1981).

⁴¹ Pensamos que teria sido preferível escrever “senhor” (com minúscula), pois Isaac está a dirigir-se ao pai e não a Deus.

⁴² *Segunda parte de la silva de varios romances*, 1550, apud Diego Catalán, “El Sacrificio de Isaac. Ejemplo de recreación colectiva”, *Por campos del romancero. Estudios sobre la tradición oral moderna*, Madrid, Editorial Gredos S. A., 1970, p. 65.

⁴³ D. Catalán, *op. cit.*, p. 57 (versão de Herrerueta, Palência).

ou

14 —Padre, tapame los ojos, no vos mire mal mirado.⁴⁴

Na nota introdutória do *Quintado*,⁴⁵ Pires da Cruz observa que “as versões da Beira [deste romance] aproximam-se das de León em fazer o capitão perguntas específicas sobre se [o recruta] anda triste por causa dos pais ou alguém da sua terra” (p. 93). Porém, julgamos que tal pergunta nada tem de especificamente leonês, já que se encontra em quase todos os textos do romance recolhidos de Norte a Sul de Portugal Continental⁴⁶, nos Açores⁴⁷ e na Madeira⁴⁸.

Nos comentários a *Frei João*, o autor começa por afirmar que este romance não é frequente na tradição portuguesa⁴⁹, e explica essa realidade por ser “natural que as informantes fugissem a cantar um romance que claramente apresenta uma situação de adultério” (p. 173). Porém, basta pensar no *Bernal Francês* e em *Claralinda*, ambos romances de adúlteras e muito abundantes na nossa tradição, para, segundo cremos, concluir que essa não pode ser a razão de tal facto. Afirma depois Pires da Cruz que, “nas recolhas levadas a efeito no norte de Espanha pela Cátedra Seminario Menéndez Pidal [...], não se conseguiu mais que uma versão” do *Frei João* (p. 173). Pelo resumo que o autor faz do enredo dessa versão espanhola, julgamos que tal texto pertence a um romance diferente. Trata-se daquele a que o CGR chama *Adúltera con un 'gato'* (n.º 0436), o qual, aliás, não parece raro na tradição espanhola, pois, numa obra recente, dele se publicam 6 versões.⁵⁰ Diga-se, a propósito, que este romance, conhecido em Trás-os-Montes por *Eu jungi os meus boizinhos*, é também aí relativamente comum⁵¹.

Na nota introdutória a *Silvana + Delgadinha*, Pires da Cruz resume o primeiro destes romances, e diz, a dado passo: o pai “ao dirigir-se, pela noite adentro, ao quarto da filha tem a esposa à espera. Ao dar pelo logro castiga a filha metendo-a numa torre e manda-a alimentar com apenas um pouco de pão e água. A partir daqui o assunto desenvolve-se como o da *Delgadinha*” (p. 208). Ora, como se sabe, na *Silvana*, não há

⁴⁴ D. Catalán, *op. cit.*, p. 69 (versão de Tetuão, Marrocos).

⁴⁵ Tema cujo nome português mais correcto seria, na nossa opinião, *O Recruta* ou *O Soldado*.

⁴⁶ Ver, por exemplo, Maria Aliete Galhoz, *op. cit.*, n.ºs. 108-138.

⁴⁷ Ver, por exemplo, Manuel da Costa Fontes, *Romanceiro Português do Canadá*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1979, n.ºs 59-61 (embora residentes no Canadá, as informantes destas versões eram micaelenses).

⁴⁸ Ver, por exemplo, Pere Ferré *et al.*, *Romances Tradicionais*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal, 1982, n.ºs 87-94.

⁴⁹ Pires da Cruz afirma mesmo que “até às recolhas de Costa Fontes não se publicaram mais de quatro textos, que saibamos” (p. 173). Ora, tal não está correcto, como se poderá verificar consultando a bibliografia desse romance fornecida por Manuel da Costa Fontes, *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)*, II, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1987, pp. 1352-3. Só no cit. *Romanceiro* de Leite de Vasconcelos, por exemplo, havia já 11 versões (n.ºs 417-427).

⁵⁰ Ver D. Catalán e M. de la Campa, *op. cit.*, n.ºs 83:01-06.

⁵¹ Ver, por exemplo, M. C. Fontes, *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes* cit., n.ºs 443-456. O extinto Grupo Leite de Vasconcelos recolheu, no distrito de Vila Real, 26 versões deste romance, por enquanto ainda inéditas. Pela nossa parte, dele gravámos 12 textos no concelho de Bragança, igualmente ainda inéditos.

qualquer castigo, e o pai, ao dar pelo logro, cai em si e bendiz a inteligência da mulher (e/ou a de Silvana)⁵². O castigo na torre, pelo contrário, é exclusivo do romance de *Delgadinha*.

Nos comentários a *Aposta Ganhada + Erva Fecundante + Conde Claros (Frade)*, o autor chama a atenção para o texto n° 155, em cujo final detecta uma contaminação, que hesita entre atribuir ao *Conde Alarcos* ou a *Flérída* (p. 251). Eis os versos em questão:

- 38 —Adeus casa caleada, adeus tanque d'auga fria,
Já no torno a ouvir cantar raixinóis ao meio dia.
- 40 Adeus tanque d'auga fria, adeus tanque d'auga clara,
Já no torno a ouvir cantar raixinóis de madrugada.
- 42 —Aonde tu vais, Mariana, também há raixinóis e tanques d'auga fria
P'ra onde tu vais, Mariana, tudo isso há e tudo isso havia.

Embora algumas versões do *Conde Alarcos* introduzam (na parte da despedida da condessa) uns versos semelhantes aos agora citados, é um facto geralmente aceite que tais versos são contaminação de *Flérída*,⁵³ romance que, esse sim, apresenta sempre esse segmento textual. E, mesmo que surja alguma dúvida sobre a proveniência dos citados versos do texto em boa hora recolhido por Pires da Cruz, bastará recordar uma versão de *Flérída*, originária também ela da Beira Baixa (mais precisamente da Covilhã), em que se encontra a seguinte passagem:

- 44 —Adeus oh fontes claras e poços de agua fria,
Eu já não ouço aqui rouxinóis ao meio dia.
[...] [...]
- 48 —Cala-te, Magdalena, lagrimas de peregrina!
Nos reinos estrangeiros melhor agua haveria.
Tambem ha claras fontes, poços de agua fria,
50 E canta o rouxinol á hora do meio dia.⁵⁴

Finalmente, gostaríamos de deixar aqui um alvitre etimológico. Numa nota à versão n° 196 de *Infantina + Dom Bozo*, Pires da Cruz sugere que os termos, não dicionarizados, “mondida” e “mondido” presentes nesse texto (v. 4: “—Que fazes por ‘qui, doncilha, que fazes por ‘qui mondida?’”; v. 15: “—Desce tu, ó doncilha, desce tu, ó mondido”) derivam das “palavras latinas *monte + itum* (o que vai frequentemente ao monte), ou seja o ‘montanheiro’” (p. 309). Pela nossa parte, sugeriríamos que tais palavras sejam transformação do castelhano “mi vida” (> mim vida > monvida > mondida), que frequentemente surge no mesmo contexto em versões deste romance (por exemplo, na versão n° 198 desta obra, v. 6: “—Que fazeis aqui, minh'alma, que fazeis aqui, mi vida?” e v. 10: “—Casa-te comigo, mi alma, casa-te comigo, mi via”).

⁵² Ver, por exemplo, as versões publicadas por D. Catalán e M. de la Campa, *op. cit.*, nºs 60:01-11.

⁵³ Ver, por exemplo, Samuel G. Armistead e Joseph H. Silverman, *The Judeo-Spanish Ballad Chapbooks of Jacob Abraham Yoná*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1971, p. 282, n. 12.

⁵⁴ T. Braga, *Romanceiro Geral Portuguez*, 2ª ed. ampliada, I, Lisboa, Manuel Gomes, Editor, 1906, p. 428.

Notas e Recensões

Aliás, na referida versão nº 196, são numerosos os castelhanismos, mais ou menos foneticamente alterados.⁵⁵

E é mais que tempo de acabar. Perdoe-nos o autor todos estas sugestões que aqui deixamos e mais não pretendem do que contribuir para melhorar uma segunda edição do *Romanceiro Tradicional da Beira Baixa*, que tenha a difusão que esta obra merece e de que a primeira edição parece não desfrutar⁵⁶. Todos esperamos que Pires da Cruz possa publicar em breve as versões que recolheu em vários concelhos da Beira Alta e permanecem inéditas na sua quase totalidade,⁵⁷ assim como os textos gravados, em colaboração com Pere Ferré, nalgumas aldeias da Beira Baixa, não incluídos na presente obra porque “não se encontram ainda transcritos” (p. 21). E fazemos votos para que possa conseguir tempo para continuar o seu magnífico trabalho de recolha, nomeadamente nos concelhos de “Belmonte, Oleiros, Vila Velha de Ródão e [em] toda a região mais interior da Beira Baixa, zonas que necessitariam rapidamente de uma prospeção mais atenta” (p. 30) —antes que seja demasiado tarde.

JOSÉ MANUEL FRAILE GIL, *EL MAYO Y SU FIESTA EN TIERRAS MADRILEÑAS* (APÉNDICE MUSICAL DE ELISEO PARRA), “BIBLIOTECA BÁSICA MADRILEÑA”, Nº 10, MADRID, COMUNIDAD DE MADRID, CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN Y CULTURA, 1995, 251 PÁGS.

María Jesús Ruiz*

De entre los muchos repertorios de textos recogidos de la tradición oral hispánica que en los últimos años han ido publicándose, éste sobresale por un rasgo excepcional: su autor dedica igual espacio, atención, tiempo, rigor y esmero tanto al asunto puramente textual (los mayos) como a las cuestiones referidas al contexto folklórico (la fiesta) en el que los textos se actualizan. Tal carácter nos lleva, antes que nada, a estar en completo desacuerdo con la afirmación con que José Manuel Fraile remata su estudio introductorio: “la erudición no está en estas líneas”. Podemos

⁵⁵ “Perro” (2a), “doncilha” (3b, 4a, 8a, 9a e 15a), “madre minha “ (5b), “silha” (10a e b), “Aninhas” (i. e., “la niña”, 13a), “mi madre” (17a), “mi” (18a) e “hermana mía” (18b).

⁵⁶ Um amigo nosso, interessado em possuir este livro, telefonou para o editor (a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova), perguntando como poderia comprá-lo. Foi-lhe respondido que a obra não era para venda e se destinava apenas a ofertas. Ele que escrevesse para a Câmara pedindo um exemplar, que o mesmo ser-lhe-ia enviado. Obviamente, este processo de difusão do livro impedirá o *Romanceiro Tradicional da Beira Baixa* de chegar ao grande público. A distribuição deficiente é, aliás, um mal generalizado de que padecem as obras editadas pelas câmaras municipais e que seria urgente solucionar, em proveito de todos.

⁵⁷ Ver o que o autor diz em *Estudos sobre o Romanceiro Tradicional Português* cit., pp. 24, 25 e 35.

Só uma parte mínima dos textos conseguidos na Beira Alta foi publicada nesses *Estudos*.

* Facultad de Filosofía y Letras. Universidade de Cádiz. C/ Bartolomé Llompart, s.n. 11008 CÁDIZ. España.